

HABEAS CORPUS Nº 548.563 - SP (2019/0356869-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **ELZA COSTA DA SILVA SOUSA**
ADVOGADO : **ELZA COSTA DA SILVA SOUSA - SP280852**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **A R (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de A R no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0000673-86.2016.8.26.0404).

Consta dos autos que o paciente, no primeiro grau de jurisdição, foi condenado à pena de 16 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito tipificado no art. 217-A, *caput*, c/c o art. 226, II, na forma do art. 71, todos do Código Penal.

A defesa apelou. A 3ª Câmara de Direito Criminal negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 237):

Estupros de vulnerável - Apelação - Conjunto probatório suficiente para o reconhecimento dos delitos, praticados em continuidade - Absolvição - Descabimento - Pena motivadamente dosada, necessária e suficiente para reprovação e prevenção do crime - Sentença mantida - Recurso desprovido.

Nas razões do presente *writ*, a impetrante aponta constrangimento ilegal decorrente da classificação do delito atribuída pelas instâncias ordinárias (e-STJ fl. 32):

Com o advento da Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018 houve modificação e tipificação dos crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro (sic), passado a vigorar o artigo 215-A dessa forma:

“Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”.

A pena é de reclusão de um a cinco anos, se o ato não constitui crime mais grave.

Observa-se que no presente processo, nas conversas de mensagens de celular, do paciente A[...] com a vítima às fls. 93/117, não houve

fala de conjunção carnal , e ainda o Laudo do IML às fls.89/90 não foi localizado nenhuma lesão de cunho sexual, e o paciente foi julgado e condenado no crime de estupro (sic) de vulnerável do artigo 217-A do Código Penal a uma pena severa de 16 anos e 4 meses.

Assevera a defesa que "[...] *tanto na denúncia (anexo) bem como na sentença a descrição dos atos praticados pelo paciente estão em conformidade como artigo 215-A, Lei 13.718 de 24 de setembro de 2018. De acordo com as mensagens entre o paciente e a vítima descritas no Laudo técnico às fls.91/117, entendemos s.m.j, que os atos estão de acordo com o delito tipificado ao artigo 215-A do CP*" (e-STJ fl. 34).

Diante dessas considerações, busca a impetrante "[...] *seja concedida a ordem LIMINARMENTE e a seguir confirmada a fim de cassar o acórdão proferido nos autos da Apelação nº 0000673-86.2016.8.26.0404, concedendo ao Paciente a TIPIFICAÇÃO dos atos praticados para o crime constante do Artigo 215-A, do Código Penal, de acordo com a Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018, como medida de inteira e verdadeira JUSTIÇA!*" (e-STJ fl. 35).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações sobre o feito objeto do presente *writ*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator